

					oficials.
Execução por ondas	Programar requisições para evitar estoque ocioso e alinhar ao calendário escolar	Gestor/Fiscal	Plano mensal	Plano de ondas aprovado	Boas práticas do SRP (requisições conforme demanda). <u>Planalto</u>

17.5 Capacitação e operação

Ação	Público	Carga	Quando	Evidência	Base
Formação rápida (uso pedagógico dos dispositivos)	Docentes/gestão escolar	2 h por escola	Até D+40	Lista de presença e materiais	Conectividade e uso pedagógico (ENEC).
Treinamento de fiscalização e aceite (ePING/eMAG/Anatel/VALIDAR)	Fiscais/Equipe TIC	2 h	Antes do 1º recebimento	Checklists e roteiros de testes	Padrões públicos e homologação (Anatel 715/2019). in.gov.br
Rotina RCIS/LGPD	DPO/Comitê de Segurança	1 h	Até D+20	Fluxo aprovado	Resolução CD/ANPD nº 15/2024 (RCIS). Mattos Filho

Texto "paste-ready" (resumo para o campo do sistema)

Providências e adequações. Serão adotadas medidas de planejamento (ETP no ETP Digital e registro no PGC/PCA), rito (SRP em meio digital e adjudicação por item), e transparência (publicações no PNCP); além de adequações de ambiente (NR-10; validação Wi-Fi por escola), conformidade técnica (ePING, eMAG 3.1, homologação Anatel, validação ICP-Brasil via VALIDAR/ITI; RCIS/ANPD) e capacitações. Cada entrega será documentada com links oficiais e relatórios de aceite técnico. <u>Planalto+4Planalto+4validar.iti.gov.br+4</u>

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE18.1 Síntese da decisão (o que foi escolhido e por quê)

Solução escolhida: Compra por item via Sistema de Registro de Preços (SRP) digital. Justificativa resumida: (i) aderência normativa (ETP/IN 58/2022; planejamento TIC/IN 1/2019; SRP/Dec. 11.462/2023; publicações PNCP/Lei 14.133/2021; adjudicação por item/Súmula 247-TCU); (ii) vantajosidade econômica comprovada pelo TCO 36 meses (Seções 13 e 15); (iii) qualidade técnica com exigência de ePING/eMAG, RCIS/ANPD e homologação Anatel; (iv) alinhamento de política pública à ENEC (conectividade para fins pedagógicos e apoio a dispositivos).

18.2 Mapa de viabilidade (jurídico, técnico, econômico e operacional)

Eixo	Critério de viabilidade	Como está atendido nesta contratação
Jurídico/normativo	ETP obrigatório e rito formal	ETP instruído com análise comparativa (art. 11, IN 1/2019) e registro no ETP Digital (IN 58/2022)
	SRP digital	Execução por requisições, conforme Decreto 11.462/2023
	Publicação	Divulgação centralizada das peças no PNCP (art. 174, Lei 14.133/2021)
	Parcelamento/adjudicação por item	Estrutura por itens para ampliar competição (Súmula 247/TCU)
Técnico	Interoperabilidade	Relatório de conformidade ePING exigido no aceite
	Acessibilidade digital	Laudo eMAG 3.1 nas interfaces/portais de apoio
	Privacidade e incidentes	Plano e comunicação RCIS (Res. CD/ANPD 15/2024)
	Telecom	Certificação/homologação Anatel para itens com Wi-Fi/BT
Econômico	TCO 36 meses inferior	Seções 13 e 15 demonstram vantagem da compra face à locação
Operacional/política pública	Conectividade pedagógica e apoio a equipamentos	Diretriz e metas alinhadas à ENEC (Dec. 11.713/2023) e página MCom

18.3 Condicionantes e salv	/aguardas (devem constar no TR/contrato)	
Tema	Salvaguarda "paste-ready"	Evidência no aceite



Interoperabilidade	Exigir Relatório ePING (APIs/formatos abertos) para integrações	Relatório ePING anexado e validado
Acessibilidade	Laudo eMAG 3.1 para interfaces/portais e documentação	Laudo eMAG aprovado (amostra representativa)
Privacidade/Segurança	Plano de resposta a incidentes e comunicação RCIS quando aplicável	Fluxo aprovado + protocolo ANPD (quando houver)
Telecom	Homologação Anatel para itens com rádio (Wi- Fi/BT)	Certificados/etiquetas conferidos no recebimento
Publicações	100% das peças no PNCP (ETP, TR, edital, ARP, contrato)	Links PNCP nos autos

Declaração. À vista das análises técnicas e econômicas registradas neste ETP (Seções 7 a 17), declaro VIÁVEL a contratação da solução Compra por item via Sistema de Registro de Preços (SRP) digital, por apresentar: (i) regularidade normativa, com observância à IN SGD/ME nº 1/2019 (art. 11), à IN SEGES nº 58/2022 (ETP Digital), ao Decreto nº 11.462/2023 (SRP digital) e às publicações obrigatórias no PNCP (art. 174 da Lei 14.133/2021); (ii) vantajosidade econômica comprovada pelo T CO em 36 meses calculado nas Seções 13 e 15; (iii) qualidade e conformidade técnica mediante exigência de ePING (interoperabilidade), eMAG 3.1 (acessibilidade), RCIS/ANPD (incidentes) e homologação Anatel (itens de telecom); e (iv) alinhamento a políticas públicas de conectividade para fins pedagógicos e de apoio a dispositivos (ENEC - Decreto nº 11.713/2023). Permanecem adotadas as salvaguardas indicadas no quadro 18.3 para garantir desempenho, segurança e transparência do gasto.

19. RESPONSÁVEIS

Nome	Função no processo	Unidade	Contato	Evidência
THAIS XIMENES RODRIGUES FERREIRA	Autoridade máxima da área de TIC (titular da SPGAIT)	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão Administrativa e Inovação Tecnológica (SPGAIT)	administracao@crateus.ce	Página "Secretários Municipais" do portal oficial (confirmação institucional).
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)	Área requisitante	SME	[inserir e-mail oficial da SME]	Identificação como demandante nos autos (ETP/relatório anexado por você).
DIOGO AMÉRICO DE SOUSA	Agente de Contratação / Pregoeiro	Setor de Licitações		Página de licitação do município com seção "Responsáveis" listando o pregoeiro/agente. (crateus.ce.gov.br)
REGILANE DA SILVA OLIVEIRA	Fiscal de contratos (SME e outras pastas)	SME / diversas	_	"Relação dos Fiscais de Contratos" anexada aos autos (documento interno).
PATRICIANA MESQUITA BRAGA	Ordenadora de Despesas (Finanças e Orçamento)	SEFIN		Portaria municipal anexada aos autos (documento interno).

10.2 Agentes de Contratação (portarias anevas + site oficial)

Nome	Base de design	ação	Situação
DIOGO AMÉRICO DE SOUSA	Portaria municipa publicações de li	al de 04/01/2025 e citações	Confirmado (fonte oficial do município) crateus.ce.gov.br+1
JOSÉ EDVALDIR LOPES MARQUES	Publicações do F (Pregoeiro/Agent	Portal de Licitações te)	Confirmado em diversos pregões.
FRANCISCO OLAVO RODRIGUES	Publicações do Portal de Licitações (Pregoeiro/Agente)		Confirmado em pregões oficiais.
9.3 Equipe técnica/requisita			
Secretaria	Fiscal (nome)	Observação	Evidência



SME — Educação	REGILANE DA SILVA OLIVEIRA	Fiscal designada para SME; pode figurar como integrante técnica da contratação	"Relação dos Fiscais de Contratos" (anexo aos ATEUS autos).
Outras pastas (Finanças, Planejamento etc.)	REGILANE e demais nomes listados	Para interfaces e apoio (PNCP, orçamento, planejamento)	Mesmo documento anexo aos autos.

19.4 Contatos institucionais úteis

Órgão/Unidade	Canal
Ouvidoria Municipal	ouvidoria@crateus.ce.gov.br — (88) 3691-9528.
Portal de Licitações (SELIS)	Consultas públicas às licitações e identificação do pregoeiro/agente. crateus.ce.gov.br

Nota de conformidade: os dados de nomeação e de identificação dos agentes foram conferidos em páginas oficiais da Prefeitura de Crateús/CE e no Portal de Licitações, mantendo-se nos autos as portarias e relações internas quando não há publicação específica na web. crateus.ce.gov.br+1

20. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será:

() PERMITIDA a participação de consórcios.

(X) VEDADA a participação de consórcios, pelos fundamentos a seguir.

20.1 Fundamentação jurídica e de governança (síntese)

A Lei nº 14.133/2021 admite consórcios, salvo vedação devidamente justificada no processo (art. 15) e
exige que a fase preparatória motive as regras sobre consórcios (art. 18, IX).

A decisão de vedar é discricionária, desde que motivada, segundo a jurisprudência do TCU compilada no

Manual "Licitações e Contratos".

 O objeto desta licitação é divisível e adjudicado por item (SRP), arranjo que, como regra, amplia a competição e torna desnecessária a associação de empresas apenas para habilitação, alinhado ao entendimento consolidado pela Súmula 247/TCU.

20.2 Matriz de motivação (por que vedar neste caso)

Eixo	Risco/efeito ao permitir consórcios	Motivação para vedar	Âncora oficial
Competitividade	Consórcios podem reduzir a competição quando agregam empresas que concorreriam entre si	Em objeto divisível por itens e de bens padronizáveis, a disputa individual é suficiente; vedação preserva concorrência	TCU: decisão deve ser motivada; consórcio não garante aumento da competição,
Aderência ao modelo (SRP / por item)	Consórcios tendem a agregar lances e complexificar o julgamento/execução	Adjudicação por item é a regra; foco é ampliar número de proponentes por item, não agrupá-los	Súmula 247/TCU (objeto divisível → adjudicação por item).
Gestão e responsabilização	Gestão de consórcios envolve responsabilidade solidária e rotinas adicionais de governança	Para compras comuns e entrega fracionada, tais ônus não agregam valor e alongam a fiscalização	Art. 15, V (responsabilidade solidária).
Proporcionalidade / ME-EPP	Edital com consórcios eleva a exigência econômico- financeira (+ 10% a 30%)	Em bens comuns, o acréscimo legal pode desestimular competidores aptos individualmente	Art. 15, §1º (acréscimo 10%-30%; exceção p/ ME/EPP).
Dever de motivar	Vedação sem motivação gera restrição Indevida	Ato motivado nesta matriz e no ETP (Seção 9 – parcelamento) cumpre art. 18, IX	Art. 18, IX; jurisprudência TCU sobre motivação.

Conclusão técnica: No contexto concreto (SRP, objeto divisível por itens, bens padronizáveis e existência de múltiplos fornecedores mapeados no Levantamento de Mercado), não há necessidade de consórcios para garantir competição/execução; ao contrário, há risco de redução de competição e ônus desproporcionais de governança. Assim, veda-se a participação de consórcios, com motivação registrada no processo, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU.



20.3 Cláusula "paste-ready" para o edital/TR

Cláusula – Participação de Consórcios. Nos termos do art. 15 c/c art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de empresas em consórcio nesta licitação. Motivação: (i) objeto divisível, com adjudicação por tem cenário em que a associação não é necessária para garantir competição, conforme entendimento consolidado na Súmula 247/TCU; (ii) potencial de redução da concorrência pela associação de empresas que concorreriam entre si; (iii) ônus de governança e responsabilização solidária que não agregam valor em compras comuns; e (iv) possível agravamento de exigências econômico-financeiras (art. 15, §1°), em descompasso com a natureza do objeto. A motivação integra os autos (ETP e Matriz de Riscos) e atende ao art. 18, IX.

21. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS — VEDADA

Justificativa técnico-jurídica (objeto: aquisição por itens, via SRP, de bens de TIC com garantia de fábrica e assistência autorizada).

1. Incompatibilidade com o objeto e regime de execução. O certame trata de fornecimento de bens padronizados com obrigações de garantia do fabricante, assistência técnica autorizada e rastreabilidade por item. Esse arranjo exige agentes econômicos fabricantes, importadores ou revendedores autorizados; cooperativas de trabalho têm vocação jurídica principal para prestação de serviços pelos próprios cooperados, não para comercialização de bens com cadeia de garantia do fabricante — e a intermediação de mão de obra subordinada é expressamente vedada pela Lei 12.690/2012 (art. 5º).

2. Prevenção a fraudes trabalhistas e vedações consolidadas. Para evitar a figura da "falsa cooperativa" (mera intermediadora de mão de obra), a Lei 12.690/2012 proíbe esse uso e a jurisprudência do TCU (Súmula 281) veda a participação de cooperativas quando, pela natureza do serviço, houver subordinação, pessoalidade e habitualidade — risco típico de arranjos de serviço acessório que não podem ocorrer nesta

contratação.

3. Governança e responsabilização por item (SRP). No Registro de Preços, a execução se dá por requisições/ondas, com responsável único por item e SLA/aceites. A participação de cooperativas ampliaria a complexidade de responsabilização e fiscalização, sem ganho claro de vantajosidade para bens; por isso, adota-se vedação motivada para manter governança simples e accountability direto. (Síntese orientativa do TCU sobre cooperativas em licitações e do regime SRP/NLLC).

4. Competitividade preservada. A competição permanece ampla com adjudicação por item entre fabricantes e revendedores autorizados e com os demais requisitos de habilitação previstos, não havendo restrição indevida ao mercado relevante de fornecedores de bens. (Base conceitual: orientação TCU sobre

participação de cooperativas e boas práticas de edital para bens de TIC).

Nota de cautela (registro nos autos). A Lei 12.690/2012, art. 10, §2º, estabelece que a cooperativa de trabalho não poderá ser impedida de participar de licitação cujos serviços/atividades sejam compatíveis com seu objeto social; logo, a vedação aqui é excepcional e motivada pela natureza de bens desta contratação e pela necessidade de evitar intermediação de mão de obra. Em contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deve avaliar caso a caso à luz das novas diretrizes da Lei 14.133/2021 e do Comunicado nº 04/2023/Compras.gov.br (que reconhece a possibilidade de participação, observadas as salvaguardas).

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS — VEDADA.

Fica vedada a participação de cooperativas de trabalho neste certame de fornecimento de bens de TIC, em razão: (i) da incompatibilidade com o objeto, que exige cadeia de garantia do fabricante e assistência técnica autorizada por item; (ii) da necessidade de evitar intermediação de mão de obra (Lei 12.690/2012, art. 5°); e (iii) da governança do SRP com responsabilização direta por item e SLA/aceites, cujo desenho não demanda solução cooperativada. A vedação é específica para este objeto de bens, devidamente motivada e alinhada ao entendimento do TCU (Súmula 281) quanto à vedação em hipóteses de subordinação/pessoalidade/habitualidade.

22. INOVAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

22.1 Diretriz

A contratação adotará inovação incremental e melhoria contínua como prática de gestão do contrato, sem alterar o objeto, preservando conformidade técnica e normativa (ETP/IN 1/2019; publicações PNCP). Quando o problema exigir solução não padronizada ou em desenvolvimento, poderão ser acionados instrumentos específicos da NLLC e do Marco Legal de Startups, conforme abaixo.

2.2 Mecanismos oficiais para in		
Mecanismo	Como aplica nesta contratação	Base oficial
Amostra / Prova de Conceito (PoC)	Testes controlados para comprovar aderência às especificações (antes do	Lei 14.133/2021 autoriza exigir amostra/PoC em pré-qualificação julgamento ou vigência; TCU



	julgamento, no julgamento ou durante a vigência para balizar o recebimento)	consolida o uso de amostra/PoC, modelo de edital TIC (Gov.br.) já prevê relatório de PoC.
Diálogo competitivo (quando o escopo for complexo/indefinido)	Se, futuramente, surgir necessidade complexa não solucionável por especificação tradicional, pode-se avaliar diálogo competitivo para coconstruir alternativas com o mercado	Lei 14.133/2021 (modalidade) e guia TCU com requisitos e limites.
CPSI – Contrato Público para Solução Inovadora (pilotos em ambiente real)	Para testar solução em desenvolvimento (p.ex., ferramenta de gestão do parque/telemetria) em cenário controlado, com compartilhamento de risco e métricas de resultado	LC 182/2021 (Marco Legal das Startups) e Manual CPSI/AGU (2025).
Contrato de eficiência / "maior retorno econômico" (casos de economia mensurável)	Se houver frente de economia recorrente (ex.: energia/gestão de ativos), pode-se estruturar contratação específica por maior retorno econômico	Lei 14.133/2021, arts. 33 VI e 39; TCU explica o critério e descontos por economia não atingida.
Modelo de Estações de Trabalho (melhoria operacional)	Usa o Modelo SGD/MGI (checklists, indicadores e gestão do parque) como trilha de melhoria contínua operacional	Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023 e página do modelo no Gov.br.

Observação: Para este objeto padronizado e divisível, o padrão é PoC/Amostra e melhoria incremental via SLAs e indicadores; Diálogo competitivo ou CPSI só se justificam se surgir nova necessidade complexa fora do escopo atual.

22.3 "Janela de Propostas Melhoradas" (sem aumento de preço)

- Periodicidade: trimestral.
- Formato: "Plano de Melhoria Contínua (PMC)" do fornecedor, propondo ganhos sem aumento de preço e sem alterar o objeto, desde que mantenha ePING/eMAG/Anatel e demais requisitos.
- Governança: avaliação técnica da TIC + Fiscal; se aprovado, registrar via termo de aceite técnico e atualizar indicadores do contrato (sem aditivo de valor).
- Exemplos: otimização de imagem padrão, automação de inventário, redução de tempo de comissionamento, aumento de disponibilidade por ajustes de suporte. (Adoção compatível com a gestão contratual prevista pelo Modelo de Estações de Trabalho/SGD e com o ciclo de monitoramento do Gov.br TIC.)

22.4 Pilotos controlados (PoC) — rito resumido "paste-ready"

- 1. Planejar: roteiro de teste, critérios de aprovação, ambientes e prazos.
- 2. Executar: amostra/PoC com coleta de evidências.
- 3. Avaliar: relatório técnico conclusivo (aprovado/reprovado/condicionado).
- Incorporar: se aprovado, refletir aprendizados no plano de implantação e nos indicadores. (Conforme previsão legal de amostra/PoC e orientação TCU.)

22.5 Métricas de ganhos (linha de base → meta → apuração)

Definir baseline no 1º mês e monitorar mensalmente no painel (Seção 5). Exemplos — prontos para o TR/SLA:

Métrica	Linha de base	Meta de ganho	Fonte	
Disponibilidade em horário letivo	medir no M1	≥ 98%/mês (manter ↑)	Painel SLA (Modelo Estações de Trabalho)	
Tempo de comissionamento por estação	medir no M1	-20% até M6	Checklists de comissionamento	
Taxa de retrabalho no aceite técnico (ePING/eMAG/Anatel)	medir no M1	≤ 2% por amostra	Laudos ePING/eMAG + cert. Anatel	
Economia operacional (se contrato de eficiência for aplicável)	estimar	≥ X% economia validada	Critério maior retorno econômico (NLLC/TCU)	
Tempo de resposta/solução S1	medir no M1	Resp. ≤ 2h; Sol. ≤ 8h	Registros de chamados (Gov.br TIC)	
Integridade do inventário (CMDB)	medir no M1	≥ 98% itens com etiqueta+registro	Exportação CSV/JSON	



22.6 Critérios para aceitar "propostas melhoradas"

- Compatibilidade e padrões públicos: não podem romper ePING/eMAG/Anatel.
- Mensuração: apresentar ganho objetivo (tempo, disponibilidade, custo total de operação, consumo método de aferição.
- Risco: se envolver tecnologia n\u00e3o testada, executar PoC antes de aplicar em produ\u00fa\u00f3o.
- Registro: anexar relatório ao contrato e refletir no painel mensal (Seção 5).

22.7 Cláusula sugerida para o TR/Contrato (paste-ready)

Cláusula de Inovação e Melhoria Contínua. A Contratada poderá apresentar, a cada trimestre, Plano de Melhoria Contínua propondo aprimoramentos técnicos/processuais sem aumento de preço e sem alteração do objeto, preservados os padrões ePING/eMAG e as homologações Anatel. Propostas que envolvam tecnologia não testada deverão ser precedidas de Prova de Conceito (PoC) ou amostra, nos termos da Lei 14.133/2021. Quando cabível, poderão ser estruturados pilotos por CPSI (LC 182/2021) ou contratação específica por maior retorno econômico (arts. 33 VI e 39 da Lei 14.133/2021). Os ganhos aprovados serão mensurados e reportados no painel mensal do contrato.

23. GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

23.1 Arranjo de governança (papéis e decisões)

Função	Papel na 1ª/2ª/3ª linha	Decisões e registros obrigatórios	Escalada
Fiscal do Contrato (owner do risco operacional)	1ª linha (execução e controle cotidiano)	Valida aceite técnico, SLAs e conformidades (ePING/eMAG/Anatel); abre/encerra NC; registra evidências	Escala ao Gestor quando NR≥3 ou KRI fora da meta
Gestor do Contrato	1ª linha (gestão e coordenação)	Aprova plano corretivo, consolida relatório mensal e Top-5 riscos; assina versões MINOR/PATCH da MR	Escala ao Comitê/Controle Interno quando NR≥6
Comitê/Controle Interno	2ª linha (monitoramento e challenge)	Homologa apetite/tolerância; valida exceções; recomenda MAJOR version; avalia riscos críticos	Escala ao Ordenador de Despesas se risco crítico persistir
Ordenador de Despesas/Alta Administração	3ª linha (decisão e patrocínio)	Decide sobre aceitação de riscos NR≥6, reequilíbrio/repactuação e rescisão motivada	Ciência da Auditoria Interna
Auditoria Interna / Externa (TCM/TCU)	3ª linha (avaliação independente)	Emite recomendações e acompanha planos de ação	

Base metodológica: gestão de riscos nas contratações (TCU) e Referencial Básico de Gestão de Riscos (papéis e decisão por limite de exposição).

23.2 Trilhas de auditoria (o que registrar, onde e com qual evidência)

Trilha	O que registrar	Onde/evidência	Âncora oficial
ETP Digital	ETP aprovado + memórias + versão/histórico	Sistema ETP Digital / print e hash	IN SEGES nº 58/2022 (ETP e ETP Digital).
Publicações obrigatórias	ETP, TR, edital, ARP, contrato, aditivos	PNCP (link e print nos autos)	Lei 14.133/2021, art. 174 Sobre o PNCP.
Pesquisa de preços	Planilha com fontes, URL e datas; tratamento de outliers	Ferramenta Pesquisa de Preços / anexos	IN 65/2021 e ferramenta oficial.
SRP digital	Mapa de itens, atas, requisições/ondas e prazos	Processo + painel de execução	Decreto 11.462/2023 e guia TCU (SRP).
Aceite técnico	Relatório ePING, Laudo eMAG, certificado Anatel por amostra	Anexos técnicos no processo	ePING; eMAG; homologação Anatel.
Assinaturas eletrônicas	Validação de assinaturas ICP- Brasil/Gov.br	Protocolo do VALIDAR/ITI nos autos	Serviço oficial VALIDAR/ITI.
Incidentes (LGPD)	Relato, avaliação e protocolo RCIS/ANPD (quando aplicável)	Registro + confirmação de envio	Res. CD/ANPD nº 15/2024.

23.3 Publicações e transparência (o que vai ao PNCP e quando)

Peça	Momento de publicação	Checagem	Observações
ETP	Ao aprovar o ETP	Link/print no processo	ETP Digital gera número/versão.
TR + edital + anexos	Antes da sessão	Link/print no processo	Conferir integridade e versões
ARP/contrato/aditivos	Após assinatura	Link/print no processo	Respeitar prazos da lei e do sistema



Demais comunicações

Sempre que exigidas

Registro de publicação PNCP é sítio centralizado e obrigatório.

23.4 Monitoramento e reporte (rotina mensal)

Fluxo	Conteúdo mínimo	Prazo	Responsável
Fornecedor → Gestor/Fiscal	SLA (disponibilidade, resposta/solução), entregas por requisição/onda, aceite técnico e inventário	D+3 útil mensal	Contratada / Gestor
Gestor/Fiscal → Comitê/Controle Interno	Painel com heat map PxImpacto, Top-5 riscos, PNCP, ePING/eMAG/Anatel, preço e SRP	D+7	Gestor/Fiscal
Comitê/Controle Interno → Ordenador	Parecer sobre riscos NR≥6 e exceções	D+12	Controle Interno
Registro LGPD (se houver)	Comunicação conforme RCIS/ANPD	Imediato	DPO/TIC

O ciclo de identificar → avaliar → tratar → monitorar → reportar é exigido na gestão de riscos das contratações.

23.5 Indicadores-chave de transparência e governança (KRIs/KPIs)

Indicador	Meta/limite	Fonte oficial
% de peças publicadas no PNCP	100% (alerta se D+5)	Portal PNCP.
Integridade do inventário (CMDB)	≥98% itens com etiqueta+registro	Relatório de comissionamento
Disponibilidade em horário letivo	≥98%/mês	Relatório SLA (modelo MGI/Estações)
Conformidade de aceite (ePING/eMAG/Anatel)	100% amostras aprovadas	Relatórios/laudos.
Incidentes com dados pessoais (RCIS)	100% comunicados quando aplicável	Registro/Protocolo ANPD.
Rastreabilidade das assinaturas	100% documentos validados	VALIDAR/ITI.

23.6 Regras de versionamento e marcos de revisão

- Versionamento da MR: MAJOR.MINOR.PATCH (ex.: 1.0.0 na aprovação do ETP/TR; 2.0.0 na adjudicação/assinatura; 2.1.0 em aditivo; 2.1.1 para incidentes críticos e correções).
- Gatilhos de revisão: fechamento do ETP/TR, adjudicação/assinatura da ARP/contrato, alterações contratuais, incidentes críticos (LGPD/serviço) e mudanças relevantes de SRP.
- Onde publicar/arquivar: PNCP (quando aplicável) e dossiê do processo com prints/URLs e protocolos (ETP Digital, Pesquisa de Preços, VALIDAR/ITI, RCIS).

Governança e Transparência. A execução observará o modelo de três linhas (Fiscal/Gestor; Controle Interno; Ordenador/Auditoria). As decisões, planos e evidências serão registrados no processo, com publicações obrigatórias no PNCP (ETP, TR, edital, ARP, contrato e aditivos). O Fornecedor entregará relatório mensal (SLA, aceite técnico e inventário); o Gestor/Fiscal consolidará painel com heat map e Top-5 riscos; o Comitê/Controle Interno validará exceções e encaminhará riscos NR≥6 ao Ordenador. Assinaturas eletrônicas serão validadas via VALIDAR/ITI e, em caso de incidente com dados pessoais, seguirá-se o RCIS/ANPD. O documento de riscos adotará versionamento MAJOR.MINOR.PATCH, com atualização a cada marco relevante.

24. SUSTENTABILIDADE AVANÇADA

24.1 Diretriz e bases oficiais

A contratação adotará **critérios ambientais e sociais objetivos, além do mínimo legal**, vinculados ao objeto (bens TIC) e **mensuráveis** em indicadores contratuais. As âncoras são: **PNRS** (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022), **logística reversa obrigatória de eletroeletrônicos** (Decreto nº 10.240/2020), **CONAMA 401/2008** (pilhas e baterias), e a **Lei nº 14.133/2021** (possibilidade de metas e **remuneração variável por desempenho**). A **Cartilha/AGU** orienta inserir critérios de sustentabilidade como **especificação técnica**, e não como habilitação.

24.2 Requisitos ambient	ais (especificações técnicas do produto/fornecimento)	
Eixo	Requisito mínimo (obrigatório no TR/edital)	Evidência de aceite
Eficiência energética	Equipamentos com certificação de eficiência energética reconhecida (p. ex., ENERGY STAR ou equivalente técnico) ou atendimento ao programa oficial brasileiro aplicável (PBE/Inmetro, quando houver para a categoria).	Relatório/certificado do fabricante; ficha técnica. (Inserir como especificação técnica, não habilitação.)



		10 TRE
Materiais e embalagem	Embalagens recicláveis e com conteúdo reciclado sempre que disponível; proibição de espuma à base de CFC/HCFC; manual digital e embalagem otimizada para reduzir volume.	Declaração do fabricante - amostra de embalagem + fotos/etiquelas. (PNRS.)
Perigosos/Restrições	Baterias/pilhas conformes à CONAMA 401/2008 (limites de Pb/Cd/Hg e gestão adequada); proibição de fornecimento de baterias sem rastreabilidade.	Certificação/declaração do fabricante + ficha de segurança.
Durabilidade/vida útil	Garantia mínima de 36 meses para notebooks/estações, com peças originais e postos autorizados; disponibilizar peças por 5 anos (pós- garantia).	Certidão do fabricante/distribuidor autorizado + rede de assistência
Reparabilidade	Acesso a manuais/part-numbers (versão eletrônica) e política de reparo com recupero de peças quando tecnicamente viável.	Link/manual técnico; relatório de comissionamento

Observação: As exigências devem constar **na especificação técnica** (não na habilitação), conforme orientação da **AGU**.

Item	Exigência contratual	Evidência
Adesão a sistema de logística reversa	Fabricante/importador/representante deve comprovar adesão a sistema coletivo de logística reversa de EEE, nos termos do Decreto 10.240/2020.	Documento de adesão/termo do sistema + comprovantes de destinação no encerramento.
Take-back	Plano de recolhimento de equipamentos inservíveis e baterias ao final da vida útil (ou por substituição), com destinação ambientalmente adequada (PNRS).	ROMANEIO de coleta + certificado de destinação emitido por operador licenciado.
Pilhas/Baterias	Atendimento integral à CONAMA 401/2008 (limites e gerenciamento).	Notas técnicas do fabricante - NF de retorno para reciclagem.

Eixo	Exigência objetiva	Evidência
Saúde e segurança	Cumprimento das NRs aplicáveis na entrega/instalação (ex.: NR-10 para energia/UPS), EPI e treinamentos para equipes de campo.	ART/Laudos (quando aplicável) + checklists de instalação.
Acessibilidade digital	Materiais/portais de suporte conformes ao eMAG 3.1 (já previsto no aceite técnico) — promove inclusão e acessibilidade social.	Laudo eMAG na amostra (Seção 12/aceite).
Integridade/anticorrupção	Compromisso com transparência/PNCP e rastreabilidade das entregas (governança social).	Publicações/links no PNCP; relatórios mensais.

Indicador	Meta/limite contratual	Fonte	Periodicidade
% de itens com comprovação de eficiência energética	100%	Relatório de aceite (fichas/selos)	No recebimento
% embalagens recicláveis/otimizadas	100% (com comprovação)	Checklists + fotos	No recebimento
Taxa de reparo vs. substituição	≥ 60% de reparos quando tecnicamente viáveis	Relatório de manutenção	Trimestral
Destinação ambientalmente adequada (EEE/baterias)	100% com certificado	Certificados de destinação/romaneios	Semestral/Encerramento
Conformidade CONAMA 401	100%	Laudos/fichas do fabricante	No recebimento
Publicações PNCP (transparência)	100% no prazo	PNCP (links/prints)	Mensal



Remuneração variável por desempenho (opcional). Parte do pagamento pode ser atrelada a desempenho sustentável (p.ex., redução de falhas e maior taxa de reparo), nos termos do art. 146 da Lei 14.133/2021 e da Cartilha/AGU.

EITURA MU

24.6 Cláusulas "paste-ready" para o TR/edital

(a) Eficiência e materiais.

Os equipamentos deverão atender certificação de eficiência energética reconhecida (ou PBE/Inmetro quando houver para a categoria) e vir em embalagens recicláveis/otimizadas, com manual digital. (Comprovar no aceite por fichas técnicas/selos e amostras de embalagem.)

(b) Logística reversa e resíduos.

A Contratada comprovará adesão a sistema de logística reversa de EEE (Decreto 10.240/2020) e executará takeback de equipamentos inservíveis e baterias ao longo da vigência, com destinação ambientalmente adequada nos termos da PNRS (Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022). A CONAMA 401/2008 é de observância obrigatória. (Apresentar certificados de destinação no encerramento.)

(c) Indicadores e pagamento por desempenho (opcional).

Serão monitorados KPIs/KRIs sustentáveis (Tabela 24.5). Bônus/penalidades poderão incidir conforme metas de desempenho ambiental (art. 144 da Lei 14.133/2021), nos termos do plano de medição do contrato.

24.7 Auditoria e comprovação (trilha mínima)

- No aceite: fichas técnicas/selos de eficiência; amostras de embalagens; laudos CONAMA 401 para baterias.
- Na execução: relatórios trimestrais com taxa de reparo e destinação; romaneios e certificados de recicladores licenciados; prints/links PNCP.
- No encerramento: certificado de destinação final de todos os EEE/baterias recolhidos (conforme PNRS/Decreto 10.936 e Decreto 10.240).

25. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

25.1 Enquadramento normativo (por que este campo é obrigatório)

O conteúdo mínimo do ETP exige "demonstração do alinhamento entre a contratação e o Plano Anual de Contratações (PGC/PCA)", conforme a IN SEGES/ME nº 40/2020, art. 7º, Inciso IX (campo obrigatório indicado no guia oficial de ETP Planalto Governo Federal). A vinculação ao Plano de Contratações Anual (PCA) decorre do Decreto 10.947/2022, que regulamenta o PCA na

Administração Pública federal (referência de boas práticas que municípios costumam adotar). Tribunal de Contas SP A publicação das peças no PNCP (ETP/TR/edital/ARP/contrato) é obrigatória pela Lei 14.133/2021, art. 174. Planalto A execução via SRP digital (quando adotada) observa o Decreto 11.462/2023 (Registro de Preços em meio digital).

Para emissão do ETP no ETP Digital, aplica-se a IN SEGES nº 58/2022. Serviços e Informações do Brasil

25.2 Vinculação ao PGC/PCA do Município (2025) - códigos do item no PGC

Base utilizada: arquivo do PGC enviado por você ("07982036000167 - MUNICIPIO DE CRATEUS - 2025 (4).csv"). Abaixo, relaciono as famílias do objeto (Seção 12/Seção 7) aos IDs de item no PGC que localizamos no seu arquivo. Obs.: Quando há mais de um ID para a mesma família, o TR/edital indica qual código será efetivamente utilizado por item (Súmula 247/TCU - adjudicação por item), mantendo os demais como alternativas equivalentes dentro do planejamento.

Família — "código(s) do item no PGC" (Id do item no PCA):

- Notebooks 14" (docência/gestão): 299721, 278961, 300301, 300241, 300251, 300321, 299541, 297541.
- Monitores (genéricos): 294331, 294021, 291861, 293841, 294591, 294121.
- Nobreaks 600-1200 VA: 292521, 325732, 293821, 294171, 293721, 293861.
- Mouses (reserva/substituição): 293931, 293751, 293091, 293781, 293121, 293761.
- Headsets c/ microfone (docência/AEE): 297401, 278981, 297411, 324382, 307291, 291941.
- Cabo HDMI 2.1 (apoio a monitores/projetos): 291941, 293851, 293621, 293941, 293951, 293781.
- Carrinho carregador p/ 30 dispositivos (kits móveis): 299281, 299291, 300241, 306271, 333791, 294011. Itens sem PGC específico: "Chromebooks 14"" e "monitores 27" com webcam" não aparecem como descrição explícita no seu PGC 2025. Solução: usar item PGC genérico de monitor acrescido de requisito técnico (TR) de câmera integrada para o lote específico; para "Chromebooks", ou cadastrar item específico no PGC (ajuste pontual do PCA) ou utilizar item genérico de dispositivo educacional com S.O. e gestão centralizada definidos no TR (até a próxima atualização do PGC). Planalto

25.3 Evidências e "print/export" do PGC



Export consolidado (planilha): gerei a consolidação "PGC_vinculos_TIC.xlsx" com um Resumo pol família e, em abas separadas, todos os itens PGC candidatos encontrados com suas descrições.
 Baixar consolidado do PGC (Excel)

Prévia do CSV do PGC e DFD foram lidos para formar a base deste alinhamento (itens exibidos a você na

visualização).

25.4 Conciliação com o DFD/quantidades do planejamento

 O DFD por escola traz quantidade consolidada de NOTEBOOK, 14 POLEGADAS = 386 unidades (soma por escola). As demais famílias do ETP (monitores, nobreaks, periféricos, carrinhos) são dimensionadas conforme regras da Seção 7 e ficam cobertas pelos códigos PGC listados acima.

 Para itens ainda não previstos textualmente no PGC (ex.: Chromebook, monitor 27" com webcam), registra-se a justificativa de inclusão/ajuste no PGC (boa prática amparada pelo regulamento do PCA) e mantém-se a vinculação do processo às famílias correlatas já registradas, com requisitos técnicos detalhados no TR para garantir aderência. <u>Tribunal de Contas SP+1</u>

25.5 Texto "paste-ready" (campo do sistema)

Alinhamento com o planejamento (PGC/PCA 2025): Esta contratação está vinculada ao Plano de Contratações Anual do Município, com os seguintes códigos de item no PGC (Id do item no PCA) mapeados a partir do arquivo oficial 2025: notebooks 14" (299721, 278961, 300301, 300241, 300251, 300321, 299541, 297541), monitores (294331, 294021, 291861, 293841, 294591, 294121), nobreaks (292521, 325732, 293821, 294171, 293721, 293861), mouses (293931, 293751, 293091, 293781, 293121, 293761), headsets (297401, 278981, 297411, 324382, 307291, 291941), cabos HDMI (291941, 293851, 293621, 293941, 293951, 293781) e carrinhos de recarga (299281, 299291, 300241, 306271, 333791, 294011). Para Chromebooks 14" e monitores 27" com webcam, será adotado o procedimento de ajuste no PGC (cadastramento/atualização do item) ou a utilização de item PGC genérico com especificação técnica restritiva no TR que assegure a aderência, conforme práticas do PCA e conteúdo obrigatório da IN 40/2020, art. 7°, IX. As peças da contratação serão publicadas no PNCP (Lei 14.133/2021, art. 174). Planalto+2Tribunal de Contas SP+2

26. AVALIAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DA CONTRATAÇÃO (AIF) 26.1 Compatibilidade com PPA/LDO/LOA e dotações

A despesa é compatível com o PPA e a LDO e adequada à LOA, nos termos da LRF (arts. 15 e 16): (a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro e (b) declaração de compatibilidade/adequação com PPA, LDO e LOA para novas despesas.

Classificação orcamentária (proposta técnica para a LOA):

- Órgão/Unidade: Prefeitura Municipal de Crateús Secretaria Municipal de Educação (SME).
- Função: 12 Educação.
- Subfunções (rateadas conforme a distribuição por rede): 361 Ensino Fundamental; 365 Educação Infantil.
- Natureza da Despesa (ND): 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente (bens de capital). Elegibilidade educacional (MDE/FUNDEB): aquisição de equipamentos e material permanente para escolas é despesa de MDE (art. 70 da LDB). Vínculo com o planejamento anual: ação registrada no PGC/ETP (Seções 1, 7, 12 e 25), garantindo o encadeamento planejamento → ETP → TR → licitação → execução.

26.2 Valor de referência e materialidade

- Estimativa total (espelho do TR, item 1.5): R\$ 7.017.686,48.
- Indicadores de escala (rede de ensino: 64 unidades; 10.498 matrículas; 834 docentes):
 - o Por estudante (10.498): R\$ 668,71
 - Por docente (834): R\$ 8.414,05
 - Por escola/unidade (64): R\$ 109.651,35
 Trata-se de investimento de capital (n\u00e3o recorrente), com efeitos plurianuais de uso/deprecia\u00e7\u00e3o e custos operacionais acomodados no custeio (vide TCO na Se\u00e7\u00e3o 11).

26.3 Cronograma físico-financeiro (12 meses após a assinatura/ARP)

A execução será via SRP digital, com requisições por ondas e pagamento após aceite técnico de cada entrega, conforme Decreto nº 11.462/2023, sem adiantamentos.

Marco Do*)	(mês	após	% total	do Valor (R\$)	Entregas/etapas típicas
M2 30% R\$		R\$ 2.105.305.94	1º onda: notebooks + parte dos monitores e nobreaks (priorização por escolaspolo)		
M4			30%	R\$ 2.105.305,94	2ª onda: kits móveis/Chromebooks + monitores remanescentes
M7			25%	R\$ 1.754.421,62	3º onda: periféricos, headsets e complemento de nobreaks; ajustes de inventário



M10 15% R\$ 1.052.652,97

Reserva operacional para substituições, remanejamentos e saldo logis

* D0 = data de assinatura da ARP/primeiro contrato decorrente. Os marcos podem ser deslocados mantendo se percentuais, para alinhar a execução à LOA e ao calendário escolar.

Premissas do cronograma: (i) pagamentos somente após aceite e conformidades (ePING/eMAG/Anatel, quando couber); (ii) sem adiantamentos; (iii) sincronização de empenhos com janelas de recebimento e aceite.

26.4 Fontes de financiamento e necessidade de suplementação

- Fontes prováveis: Tesouro municipal (recursos ordinários) e vinculações educacionais, observada a aderência a MDE (art. 70 da LDB).
- Suplementação: caso a dotação inicial seja inferior ao cronograma, a SME/Planejamento poderá propor crédito suplementar, conforme limites/condições da LDO (remanejamento, excesso de arrecadação ou superávit financeiro).

26.5 Risco fiscal (Restos a Pagar, limites do exercício) e mitigação

- RAP e encerramento do exercício: evitar entregas próximas a 31/12; quando inevitável, observar art. 42 da LRF (vedação de obrigações sem disponibilidade de caixa ao final do exercício/mandato) e rotinas STN para RAP processado/não-processado.
- Mitigações: (i) concentrar entregas até M7; (ii) reservar M10 para ajustes/saldos; (iii) alinhar programação financeira; (iv) acompanhar execução mensalmente.

26.6 Sustentabilidade da despesa e TCO

- Natureza não continuada: aquisição de bens permanentes (ND 4.4.90.52) não configura DOCC (art. 17 da LRF).
- Custos operacionais associados (Seção 11/TCO 36m): energia, suporte/garantias e reposições pontuais alocados no custeio da SME (GND 3), estimados dentro dos tetos anuais.

26.7 Declaração AIF (texto paste-ready)

Declara-se que a contratação estimada em R\$ 7.017.686,48 (valor do TR, item 1.5), classificada em Função 12 — Educação / ND 4.4.90.52 — Equipamentos e Material Permanente, é compatível com o PPA e a LDO e adequada à LOA, atendendo aos arts. 15 e 16 da LRF. A execução se dará via SRP digital, com pagamentos após aceite e cronograma distribuído em M2 (30%), M4 (30%), M7 (25%) e M10 (15%), mitigando riscos de Restos a Pagar e alinhando-se à programação financeira. A despesa é não continuada, com elegibilidade em MDE (art. 70 da LDB) e possibilidade de uso de fontes vinculadas à educação ou Tesouro, sem adiantamentos e com gestão por ondas, conforme Seções 7, 11, 12 e 17 deste ETP.

27. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Esta seção consolida os requisitos indispensáveis (mínimos) para cada família de itens, requisitos transversais (que valem para todos os itens), critérios de sustentabilidade e evidências de aceite. Especificações são **de desempenho e compatibilidade**, sem direcionamento a marcas/modelos.

Tema	Requisito mínimo	Evidência/aceite	Base
Conformidade e documentação	Produtos novos, de primeiro uso; manuais em PT-BR; notas/certificados conforme item.	Declaração do fabricante + manuais + NF.	
Acessibilidade digital (documentos, portais de suporte e softwares embarcados)	Observância ao eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).	Laudo/relatório de acessibilidade (amostragem do material fornecido).	Serviços e Informações do Brasil
Telecom (itens com Wi- Fi/Bluetooth/modem)	Homologação Anatel válida (consulta pública do certificado).	Certificado/etiqueta ANATEL + link de consulta.	Serviços e Informações do Brasil
Segurança do trabalho (máquinas/equipamentos de oficina/makerspace)	Observância à NR-12 (segurança em máquinas e equipamentos).	Declaração de atendimento + check-list de segurança.	Serviços e Informações do Brasil
Garantia de la companya del companya del companya de la companya d	Mínimo 12 meses balcão; assistência autorizada nacional; TMA de reparo ≤ 15 dias úteis.	Rede autorizada + termos de garantia + relatórios de OS.	
Etiquetagem e inventário	Etiqueta patrimonial; planilha/CSV com no de série, patrimônio, item, escola/ambiente.	Arquivo CSV/JSON entregue e conferido.	
Software	Licenças regulares quando aplicável; antivírus/EDR para estações Windows; imagem padrão.	Relatório de comissionamento + chaves/licenças.	
Embalagem e logística	Embalagem original; transporte e riscos por conta da contratada.	Conferência no recebimento.	_

Observação: quando houver software/portal de suporte associado ao item, as diretrizes eMAG incidem sobre esse material (conteúdo e navegação acessíveis) Serviços e Informações do Brasil. Para itens com radiofrequência, a homologação Anatel é condição legal de comercialização/uso no país; a checagem é pública pelo portal oficial Serviços



<u>e Informações do Brasil</u>. Em máquinas/equipamentos (laser/plotter/impressão 3D), aplicam-se salvaguardas da <u>Serviços e Informações do Brasil</u>.

27.2 Requisitos por família de itens (síntese objetiva)

Os quantitativos estão na Seção 7. Abaixo, apenas requisitos mínimos e critérios de aceite por família.

27.2.1 Impressora laser monocromática (multifuncional)

Grupo	Requisito mínimo	Aceite
Desempenho	Velocidade ≥ 40 ppm; resolução de impressão ≥ 1200×1200 dpi; duplex automático; ADF ≥ 50 fls; ciclo mensal ≥ 80.000 págs.	Relatório de teste funcional + amostras impressas.
Conectividade	Ethernet Gigabit; Wi-Fi; USB; impressão móvel (IPP/AirPrint/Mopria ou similar).	Teste em rede e impressão de página de configuração.
Digitalização	Scanner com 50 ipm (frente); PDF pesquisável; digitalização para e-mail/rede/USB.	Amostra de digitalização e registro de fluxo.
Consumíveis	Indicar referência de toner e rendimento ISO/IEC 19752 (ou equivalente).	Ficha técnica do fabricante com método ISO declarado.
Segurança	Painel com bloqueio por PIN; logs; atualização de firmware.	Telas/configurações demonstradas no aceite.

27.2.2 All-in-One 27" (estações administrativas/formação)

Requisito mínimo	Aceite
CPU de desempenho equivalente a "desktop mainstream"; 16 GB RAM DDR5; SSD NVMe ≥	CPU-Z/HWINFO + captura de
512 GB.	SO.
27" FHD (mín.); brilho ≥ 250 nits; antirreflexo.	Teste visual + relatório de pixels.
4x USB (≥ 1x 10 Gbps), HDMI in/out, RJ-45 Gigabit, combo áudio; Wi-Fi e BT.	Checagem de portas e drivers.
Windows 11 Pro ou equivalente corporativo; gestão (políticas; BitLocker/TPM 2.0).	Relatório de comissionamento.
Teclado e mouse sem fio padrão ABNT2.	Conferência física.
	CPU de desempenho equivalente a "desktop mainstream"; 16 GB RAM DDR5; SSD NVMe ≥ 512 GB. 27" FHD (mín.); brilho ≥ 250 nits; antirreflexo. 4× USB (≥ 1× 10 Gbps), HDMI in/out, RJ-45 Gigabit, combo áudio; Wi-Fi e BT. Windows 11 Pro ou equivalente corporativo; gestão (políticas; BitLocker/TPM 2.0).

27.2.3 Tablet 10" (Android)

LI.Z.S Tablet TO	(Aldroid)	
Grupo	Requisito minimo	Aceite
Tela e HW	10,4" ~ 10,6"; 2000×1200; 8 GB RAM; 128 GB + microSD; bateria ≥ 7.000 mAh.	App diagnóstico + relatório.
Conectividade	Wi-Fi Dual-Band; Bluetooth; 4G (onde aplicável).	Teste SIM/Wi-Fi/BT.
Gestão	Compatível com gestão escolar (MDM/Android Enterprise); atualização de segurança.	Comprovação de compatibilidade MDM.
Acessórios	Capa resistente; carregador; cabo; possibilidade de teclado magnético.	Conferência física.
Conformidades	Homologação Anatel; manual PT-BR; garantia nacional.	Certificado Anatel + manuais. Serviços e informações do

27.2.4 Máguina de corte/gravação a laser (CO₂)

Grupo	Requisito mínimo	Aceite
Área útil	≥ 600 × 380 mm; tubo CO ₂ ≥ 50 W (refrigeração líquida integrada).	Teste de corte em MDF 3-6 mm.
Software	Interface em PT-BR; importação SVG/AI/PDF; corte e preenchimento na mesma operação.	Execução de arquivo de teste.
Segurança (NR-	Intertravamentos de tampa; parada por sobretemperatura/falta de	Check-list de segurança + termo. Serviços e
12)	fluxo; exaustão integrada.	Informações do Brasil
Elétrica	Bivolt (110/220 V); aterramento; cabo e plugue normativos.	Laudo/medições no local.

27.2.5 Roteador mesh Wi-Fi 6 AX3000

Grupo	Requisito mínimo	Aceite
Padrão	802.11ax (AX3000); OFDMA, MU-MIMO, Beamforming; WPA3.	Tela do sistema + teste throughput iperf.
Portas	≥ 1× WAN + 2× LAN Gigabit por nó.	Inspeção física.
Gerenciamento	App/portal com rede de convidados, controle parental, backhaul e atualização OTA.	Demonstração funcional.
Conformidades	Homologação Anatel.	Certificado/consulta pública. <u>Serviços e Informações</u> do Brasil

27.2.6 Impressora 3D (gabinete fechado)

Grupo	Requisito mínimo	Aceite
Volume	≥ 240×240×240 mm; mesa aquecida; nivelamento automático.	Impressão de peça-padrão (benchy/calibração).
Materiais	PLA/ABS/PETG/Flex (parâmetros no slicer).	Ficha de materiais + peça teste.
Operação	Reprise pós-queda de energia; detecção de fim de filamento; atualização simples.	Demonstração de recursos.
Segurança (NR- 12)	Proteções, enclausuramento e instruções de uso seguro.	Check-list NR-12. <u>Serviços e Informações do</u> Brasil

27.2.7 Switch gerenciável 48 portas Gigabit

Grupo	Requisito mínimo	Aceite
Camada 2	48x 10/100/1000; VLAN 802.1Q; STP/RSTP; IGMP Snooping; QoS; LAG.	Export de config + testes ping/multicast.
Gestão	Web GUI/CLI; SNMP v2c/v3; SSH; Syslog; NTP.	Demonstração de gestão/monitoramento.
Energia	Fonte interna; rack 19"; ventilações adequadas.	Inspeção física.

27.2.8 Notebook 14" (docência/gestão)

Grupo	Requisito minimo	Aceite
Plataforma	CPU 6 núcleos; 8 GB RAM (2 slots, expansível); SSD NVMe ≥ 240 GB; TPM 2.0.	Relatório de comissionamento + captura SO.
Tela e E/S	14" FHD; 2x USB-A 3.x, 1x USB-C 3.2; HDMI 2.0; RJ-45; combo áudio; leitor microSD.	Inspeção e teste de portas.
Rede	Gigabit Ethernet; Wi-Fi; Bluetooth 5.x.	Teste de link/latência.
Segurança	Trava Kensington; leitor biométrico; criptografia (BitLocker).	Demonstração.



Acessórios Teclar	to ABNT2; bateria ≥ 4.900 mAh.	Conferência física.	
27.2.9 Plotter de reco	rte (vinil)	191	
Grupo	Requisito mínimo	Aceite	
Corte	Largura útil ≥ 600 mm; força ≥ 500 g; velocidade ≥ 800 mm/s.	s. Corte de arquivo-padrão em vinil.	
Precisão/controle	Mira laser/IR; padrões HPGL/DMPL; pedestal incluso.	Demonstração de alinhamento.	
Itens	Lâminas, suportes, cabos, software compatível.	Conferência de kit.	
Segurança (NR-12)	Dispositivos/guardas conforme NR-12.	Check-list de segurança. Serviços e Informações do Brasil	

27.3 Critérios e práticas de sustentabilidade (ambiental, social e econômica)

Eixo	Requisito	Evidência
Embalagem	Reduzida/reciclável; sem isopor onde possível; manual digital complementar.	Inspeção no recebimento.
Economia de energia	Perfis "sleep/standby" habilitados; monitores/impressoras com modos de economia; atualização de firmware que otimize consumo.	Print de configurações/relatórios.
Materiais e ciclo de vida	Peças substituíveis; disponibilidade de peças por ≥ 36 meses; descarte/logística reversa conforme legislação vigente (PNRS).	Termo do fabricante + recibos de logística reversa quando aplicável.
Durabilidade e reparo	Garantia de 12 meses; SLA de reparo definido; assistência autorizada no país.	Rede autorizada + prazos.
Transparência	Informar consumo típico/standby, níveis de ruído (quando aplicável) e rendimentos de consumíveis segundo métodos reconhecidos (p.ex., ISO/IEC para toner).	Fichas técnicas.

27.4 Critérios de aceite (check-list "paste-ready")

Conferência física (modelo, número de série, estado da embalagem).

 Teste funcional por amostras (imprimir, escanear; Wi-Fi; throughput; corte/laser; impressão 3D; boot e políticas).

3. Conformidades:

- eMAG para materiais digitais entregues (laudo/registro) Serviços e Informações do Brasil.
- Anatel para itens com RF (certificado/consulta pública) Serviços e Informações do Brasil.
- NR-12 para máquinas/equipamentos (check-list de segurança) Serviços e Informações do Brasil.

4. Inventário: etiqueta + CSV/JSON com patrimônio e nº de série por escola/ambiente.

- Trecho de comissionamento: atualização de firmware/BIOS, políticas de energia, antivírus/EDR (estações), perfis de rede e impressão.
- 6. Assinatura de termos de recebimento/aceite com os relatórios de teste anexos.

27.5 Observações finais

- Especificações aqui descritas parametrizam o mínimo; propostas que superarem os requisitos serão consideradas, desde que mantida a compatibilidade.
- Sempre que houver divergência entre catálogos e os requisitos de conformidade oficial (eMAG/Anatel/NR-12), prevalecem os requisitos oficiais, com a devida evidência no aceite. Serviços e Informações do Brasil+2Serviços e Informações do Brasil+2

MATRIZ DE RISCO

1) CONTEXTO E ESCOPO DA MR

- 1.1 Contexto (processo, objeto e fundamento)
 - Processo: 00015.20250901/0006-02.
 - Objeto coberto pela MR: contratação por itens via SRP digital de estações de trabalho e dispositivos educacionais (notebooks 14", dispositivos p/turma, monitores 23,8" e 27" c/ webcam, nobreaks e periféricos), com comissionamento e inventário, conforme ETP (Seções 7, 12, 13–15).
 - Fundamento de gestão de riscos: a Lei 14.133/2021 determina práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos nas contratações, diretriz reforçada por guias e páginas oficiais do TCU sobre gestão de riscos nas contratações.
 - Referência metodológica: Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU (princípios, processo e responsabilidades) e Manual de Gestão de Riscos do TCU.
 - Transparência e rastreabilidade: publicação centralizada e obrigatória no PNCP (ETP, TR, edital, ARP, contrato) como controle preventivo e evidência de governança.
 - Proteção de dados e incidentes: observância ao RCIS/ANPD (Res. CD/ANPD nº 15/2024) para comunicação de incidentes de segurança.

1.2 Objetivo da MR

Identificar, avaliar, tratar e monitorar riscos do ciclo completo da contratação para: (i) reduzir atrasos e rupturas na entrega/implantação; (ii) garantir publicação tempestiva no PNCP; (iii) preservar



integridade e disponibilidade de dados/ativos, inclusive comunicação de incidentes conforme RCIS; (iv) assequentajosidade e conformidade às normas.

1.3 Escopo por fase do processo (o que a MR cobre)

Fase Abrangência desta

Abrangência desta MR (dentro do escopo)	Principais controles/entregas
Riscos de especificação, pesquisa de	ETP instruído (memória de cálculo), matriz
preços, estimativas, parcelamento por item	de riscos inicial e registro/versão no dossiê
Riscos de competitividade, habilitação,	Edital com adjudicação por item e
critérios de aceite (ePING/eMAG/Anatel),	requisitos de conformidade; checklist
publicação no PNCP	PNCP; plano de testes/aceite
Riscos de entrega por ondas (SRP), DOA,	Cronograma de ondas; checklists de
inventário/CMDB, conformidades	comissionamento; relatórios ePING/eMAG;
ePING/eMAG/Anatel, SLAs	certificados Anatel; painel de SLAs
Riscos de garantia, substituição, pendências de publicação e arquivos finais	Termos de recebimento; comprovações no PNCP; arquivo técnico final
	Riscos de especificação, pesquisa de preços, estimativas, parcelamento por item Riscos de competitividade, habilitação, critérios de aceite (ePING/eMAG/Anatel), publicação no PNCP Riscos de entrega por ondas (SRP), DOA, inventário/CMDB, conformidades ePING/eMAG/Anatel, SLAs Riscos de garantia, substituição,

Notas-âncora: SRP digital e publicações PNCP são eixos de governança previstos na Lei 14.133/2021 e no Decreto 11.462/2023 (SRP digital); gestão de riscos é obrigação permanente nas contratações.

1.4 Fronteiras e interfaces (o que está dentro / fora e quem interage)

Dimensão	Dentro do escopo da MR	Fora do escopo da MR	Interfaces e papéis		
Ti do fornecedor	Comissionamento, imagem padrão, antivírus/EDR, etiquetagem, relatórios ePING/eMAG, certificados Anatel, suporte conforme SLA	Backbone de data center externo do fornecedor; serviços não contratados (ex.: hospedagem de aplicações de terceiros)	Fornecedor (execução), Fiscal do Contrato (aceite), TIC (padrões)		
Rede/local da escola	Teste funcional (conectividade/wi-fi para fins pedagógicos), integração física dos equipamentos	Projetos estruturais de rede (switching/cabling) fora do objeto; obras civis	TIC/Infra (validação), Escola (apoio), Fornecedor (ajustes de instalação)		
Segurança da informação/LGPD	Plano de resposta a incidentes, registro e comunicação RCIS/ANPD quando aplicável	Tratamento de dados pessoais por sistemas de terceiros fora da contratação	DPO/Comitê de Segurança, Fornecedor (apoio técnico)		
Governança/Transparência	Publicações PNCP (ETP, TR, edital, ARP, contrato), rastreabilidade de versões	Portais ou mídias não oficiais	Contratações/Transparência, Controle Interno		
Gestão de riscos corporativa	Aplicação do Referencial TCU ao processo desta contratação	Riscos estratégicos fora da contratação (ex.: PPA/PDEE)	Controle interno, Unidade de Gestão de Riscos		
Assessorias	Pareceres Jurídico (edital/contrato), Controle Interno (preventivo)	Contencioso judicial alheio ao certame	PJ e Controle Interno (1ª/2ª linha de defesa)		

1.5 Fora de escopo (exemplos objetivos)

- Modernização completa de infraestrutura de rede (cabeamento/switching) não incluída no objeto.
- Serviços de nuvem/aplicações de terceiros fora da contratação.
- Obras civis e mobiliário estrutural (exceto carrinhos de recarga e pequenos adequadores previstos no TR).
 (Esses itens poderão gerar riscos externos/assunções, mas não são tratáveis por esta contratação.)

1.6 Critérios de sucesso e monitoramento (ligados à MR)

Critério	Métrica	Evidência de verificação
Publicação tempestiva no PNCP	100% das peças publicadas	Links PNCP nos autos (ETP, TR, edital, ARP, contrato)
Entrega por ondas (SRP digital)	≥ 95% das requisições no prazo	Plano de ondas + relatórios SRP
Conformidades técnicas	ePING/eMAG/Anatel aprovados	Relatório ePING, laudo eMAG, certificados Anatel
Disponibilidade em horário letivo	≥ 98% /mês	Painel de SLAs
Integridade e incidentes	100% dos CIS comunicados conforme RCIS (quando houver)	Registro + protocolo ANPD (prazo e conteúdo segundo RCIS)



1.7 Governança da MR (responsáveis e revisões)

- · Proprietário da MR: Unidade demandante + TIC.
- 1ª linha de defesa: gestores do processo (ETP, edital, execução) monitoramento contínuo dos
- 2ª linha: Controle Interno / Unidade de Riscos apoio metodológico e challenge;
- 3ª linha: Auditoria Interna/Externa (TCM/TCE) avaliação independente. (Modelo alinhado às boas práticas do TCU).
- Ciclo de revisão: a cada marco (fechamento do ETP; publicação do edital; assinatura da ARP; conclusão de cada onda de entrega) e on-demand em caso de incidente relevante (RCIS).

Esta Matriz de Riscos aplica-se à contratação por itens via SRP digital do parque computacional educacional, cobrindo as fases de planejamento, seleção e execução. Tem por objetivos reduzir atrasos, garantir publicação no PNCP e preservar a integridade e disponibilidade de dados e ativos, com gestão de riscos contínua (Lei 14.133/2021; Referencial/Manual do TCU) e comunicação de incidentes conforme RCIS/ANPD.

2) APETITE E TOLERÂNCIA A RISCOS

Para esta contratação, a Administração adota **limites de exposição (tolerância)** em linha com o **Manual de Gestão de Riscos do TCU**, que determina comparar o **nível do risco** com um **limite de exposição** para decidir se o risco é **aceitável** ou **exige tratamento**. Assim, riscos acima do limite **devem ser tratados/mitigados**; riscos abaixo **podem ser aceitos**, com justificativa e monitoramento proporcional.

Medição. O Nível de Risco (NR) será apurado na MR com base em probabilidade e impacto máximo (matriz da contratação). A decisão por faixa considera o princípio do limite de exposição e a priorização pelo gestor do risco, com escalonamento à Alta Administração segundo o modelo das Três Linhas (gestão/fiscalização – 1ª; controle interno – 2ª; auditoria – 3ª).

2.1 Faixas de apetite/tolerância e decisões

Faixa (NR)	Tratamento padrão	Requisitos para aceitar	Quem decide/assina
NR ≥ 6 — Crítico	Tratar imediatamente (mitigar/transferir/evitar) e escalar	Aceitação excepcional, só se o custo de mitigação for desproporcional e houver plano contingencial	Ordenador de Despesas (Alta Administração), com parecer do Comitê de Riscos/Controle Interno (2ª linha) e ciência da Auditoria Interna (3ª linha)
NR 3–5 — Significativo	Mitigar e monitorar com plano (prazos, donos e evidências)	Aceitação condicionada a justificativa técnica + monitoramento e ponto de revisão	Gestor do Risco/Fiscal (1ª linha) com anuência do Controle Interno (2ª linha)
NR ≤ 2 — Baixo	Aceitar e monitorar por indicadores	Justificativa sucinta e registro na MR	Gestor do Risco/Fiscal (1ª linha)

Notas de governança. (i) O limite de exposição é o marco que separa risco aceitável de risco que exige tratamento; (ii) a priorização dos riscos cabe ao gestor do risco, mas exceções e riscos críticos devem subir à Alta Administração, conforme boas práticas e Três Linhas; (iii) as decisões e exceções devem ficar documentadas (despacho/ata) na MR.

Base oficial utilizada: TCU — Manual de Gestão de Riscos (conceito de limite de exposição e decisão de aceitabilidade) e TCU — Referenciais/boas práticas (papéis e Três Linhas).

Complemento normativo (governança pública): a IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016 exige política formal de gestão de riscos, definindo responsabilidades e instâncias de governança — usar essa política local para ratificar as faixas acima e delegar autoridades decisórias.

Apetite e Tolerância. A Administração fixa o limite de exposição desta contratação conforme o Manual de Gestão de Riscos do TCU: NR ≥ 6 (crítico) deve ser tratado e escalado à Alta Administração; NR 3–5 mitiga-se e monitora-se com plano; NR ≤ 2 aceita-se com justificativa. Exceções à regra só com despacho do Ordenador de Despesas, após parecer do Comitê de Riscos/Controle Interno. As decisões ficam registradas na MR, com revisão periódica.
3) METODOLOGIA (PROBABILIDADE × IMPACTO) E TAXONOMIA

A avaliação seguirá matriz Probabilidade × Impacto, com P=1–3 e impactos multiclasse (0–3); o Nível de Risco (NR) será calculado por NR = P × (impacto máximo entre as classes). As classes de impacto adotadas são ICX (continuidade/serviço), IMO (monetário/orçamentário), IRG (regulatório/governança/PNCP/LGPD) e IVF (valor-público/vantajosidade). A padronização de critérios e o registro em Mapa/Matriz de Riscos observam as diretrizes do TCU e a obrigação de gestão de riscos na Adm. Pública prevista na IN Conjunta MP/CGU nº 1/2016.

3.1 Escala de Probabilidade (P)

Descrição padrão

Evidências típicas

CRATEUS



1 — Baixa	Evento improvável no horizonte do contrato, sem recorrência histórica relevante	Histórico sem ocorrências; controles maduros
2 — Média	Possível dada a complexidade/ambiente; há sinais/ocorrências esparsas	Alertas, não conformidades pontuals
3 — Alta	Provável; histórico recente/recorrente ou forte exposição	Incidências repetidas; falhas de controle

Órgão define escalas conforme contexto; método deve ser simples, documentado e consistente (Manual/Referencial TCU).

3.2 Escala de Impacto por classe (0-3)

Código	Classe de impacto	0 — Nulo	1 — Baixo	2 — Médio	3 — Alto
ICX	Continuidade/serviço	Sem efeito	Atraso pontual sem afetar metas	Replanejamento de entregas/ondas	Interrupção relevante de serviços/ano letivo
IMO	Monetário/orçamentário	Sem efeito	Custo adicional pequeno absorvível	Custo relevante exige remanejamento	Custo elevado compromete a execução
IRG	Regulat./governança (Lei 14.133, PNCP, LGPD, TCU)	Sem efeito	Adequação simples documental	Risco de sanção/glosa	Descumprimento com potencial de sanção relevante
IVF	Valor-público/vantajosidade	Sem efeito	Perda marginal de qualidade	Prejuízo a metas do projeto	Compromete objetivos/vantajosidade

Na apuração do NR, utilizar o maior entre ICX/IMO/IRG/IVF ("impacto máximo"). O Mapa de Riscos do TCU orienta o registro padronizado dos riscos ao longo do processo.

- 3.3 Fórmula e faixas de decisão (alinhadas ao apetite/tolerância)
 - Fórmula: NR = P × max(ICX, IMO, IRG, IVF).
 - Faixas para decisão: NR ≥ 6 = Crítico (tratar e escalar); NR 3-5 = Significativo (mitigar/monitorar com plano); NR ≤ 2 = Baixo (aceitar com justificativa) decisões documentadas no dossiê da contratação.
- 3.4 Taxonomia de riscos-tipo (reutilizável por fase e tema)

(A) Planejamento (ETP, estimativas, pesquisa de preços)

conformidade técnica

Risco-tipo	Causa	Consequência (classe mais provável)	Controles de referência
Especificação Incompleta/ambigua	Insumos técnicos insuficientes	IRG/IVF: impugnações, perda de vantajosidade	Uso de ETP Digital/IN 58; revisão por TIC/Usuário; checklist TCU
Pesquisa de preços inconsistente	Amostra/fonte inadequada	IMO: estimativa irreal; risco de sobrepreço	IN 65/2021; registrar fontes/datas; PNCP/Compras.gov.br
(B) Seleção (edital, julgamento	. SRP digital)		

Risco-tipo	Causa	Consequência	Controles de referência
Restrição de competitividade	Lotes agregados; critérios indevidos	IRG/IVF: menor competição	Súmula 247/TCU (adjudicação por item); matriz de aderência
Publicação incompleta	Falha de rito/controle	IRG: descumprimento	Checklist de publicações; evidências em autos

C) Execução (requisições/onda	as, aceite, inventário)		
Risco-tipo	Causa	Consequência	Controles de referência
Entregas fora do prazo	Logística/planejamento inadequados	ICX: atraso/ruptura de serviço	Plano de ondas (SRP); SLAs; fiscalização
Aceite sem	Testes/roteiros falhos	IRG/IVF: não conformidade	Relatório ePING, Laudo

(ePING/eMAG)

eMAG no aceite

D) TI/LGPD/Segurança Risco-tipo	Causa	Consequência	Controles de referência
Incidente de dados pessoais	Falhas de segurança/processos	IRG/ICX: necessidade de comunicação RCIS	RCIS/ANPD; plano de resposta; registro/protocolo
Equipamento sem homologação	Aquisição/fornecimento inadequados	IRG: infração Anatel	Conferir Res. 715/2019 e certificados

(E) Integridade/Transparë	incia	and the same of th	
Risco-tipo	Causa	Consequência	Controles de referência
Conflito de	Falhas de	IRG/IVF:	Trilhas de auditoria; segregação de funções;
interesses/fraude	governança	nulidades/sanções	controle interno

A **gestão de riscos nas contratações** é expressamente prevista e recomendada pelo **TCU** (portal Licitações e Contratos, seções "Gestão de riscos" e "Análise de riscos"), devendo gerar **Mapa/Matriz** com critérios, avaliação e tratamento.



4) REGISTRO DO RISCO — ESTRUTURA DO QUADRO

O registro será mantido como tabela única no dossiê da contratação. Cada linha conterá Evento, Causa, Dandate Gatilho mensurável, P/Impactos/NR, Proprietário, Alocação (Contratante/Contratada/Compartilhada), Tratamento (preventivo/mitigação/contingência), Vínculo contratual (cláusula), KRI e Evidência. A metodologia segue mapa/matriz de riscos do TCU e a gestão de riscos obrigatória nas contratações sob a Lei 14.133/2021; a política organizacional observa a IN Conjunta MP/CGU nº 1/2016.

PREGÃO

4.1 Dicionário de campos (como preencher)

Campo	Como preencher (padrão)
Evento	O que pode acontecer (frase curta; ex.: "Publicação no PNCP fora do prazo").
Causa	Fato gerador (ex.: falha de rito/controle, ausência de checklist).
Dano	Efeito resumido (ex.: "descumprimento legal/fragilidade de governança").
Gatilho mensurável	Condição numérica que aciona resposta (ex.: "D+5 sem publicar no PNCP"; "disponibilidade mensal < 98%").
P/Impactos/NR	P = 1-3; impactos ICX/IMO/IRG/IVF = 0-3; NR = P × impacto máx. (adota-se o maior entre ICX/IMO/IRG/IVF).
Proprietário	Dono do risco (gestor/fiscal/fornecedor) responsável por agir e reportar.
Alocação	Contratante / Contratada / Compartilhada (quem controla melhor a causa).
Tratamento	Preventivo (evitar/reduzir prob.), Mitigação (reduzir impacto), Contingência (resposta quando dispara).
Vínculo contratual	Cláusula do TR/Contrato/Anexos (SLA, aceite técnico, penalidades, prazos PNCP etc.) — preencher nº após aprovação do TR.
KRI	Indicador de risco (valor, frequência, tendência; define limiares de alerta).
Evidência	Documento/registro comprobatório (print PNCP, laudo eMAG, certificado Anatel, protocolo RCIS etc.).

Base: TCU — análise/matriz de riscos nas contratações; gestão de riscos como atividade prevista na Lei 14.133/2021; política e papéis segundo IN Conjunta 01/2016.

4.2 Modelo de Registro do Risco — linhas exemplificativas (reutilizáveis) Tratame nto (preventi Gatilho NR Propri Alocac Vinculo vo / Dano M KRI Evidência Evento Causa mitigaçã contratual etário ão ável contingê ncia) Prev.: checklist de publicaç Descu D+5 % ão; Mit.: Public mprime corrido peças dupla Links ação nto s após Cláusula de publica PNCP/pri Contr checage Falha de legal / Contra transparência/ das = cada no nts (Lei 2 6 rito/contr 2 1 1 3 atacō m: fragilida PNCP PNCP (informar 100%; ato tante 14.133. Cont .: ole es no) atraso de de fora do sem art. 174). publicar médio link no prazo govern imediata PNCP (dias) ança mente e registrar justificati Prev.: capacid ade e estoque de Dispon Dispon peças; % Ibilidad disponi Mit: ibilidad e Relatórios SLA de Forne equipes bilidad e de Suporte/I mensal Comp Interrup disponibilidad estaçõ ogística cedor e prazos e: de SLA e 2 6 artilha 2 3 2 1 ção do < 98% S1 e e penalidades chama painel insuficie es < serviço por 2 da Fiscal (resp.≤2 (informar no) dos S1 mensal 98% no ntes meses h/sol.≤8 fora do mês consec SLA h); (SLA) utivos Cont.: substitui cão

emerge ncial



Entreg a de item com Wi- Fi/BT sem homolo gação Anatel	Forneci mento inadequ ado	Infraçã o regulat ória	Amostr a de recebi mento com certif./ etiquet a ausent e	•	1	1	3	2	3	Fiscal do Contrato	Contra tada	Prev.: exigir certifica ção Anatel; Mit.: conferên cia no aceite; Cont.: recusa do lote	Acelte técnico (homologação Anatel)	% itens com certific ado = 100%	Certificad os/etiquet as (Res. Anatel 715/2019)
Incident e de segura nça com dados pessoa is	Falhas de controle/ seguran ça	Obrigaç ão de comuni car RCIS	Notifica ção interna de incident e com dados pessoa is	2	2	2	3	2	6	DPO + TIC	Comp artilha da	Prev.: controle s e plano de resposta ; Mit.: isolame nto e análise; Cont.: comuni car ANPD conform e RCIS	Cláusula LGPD/RCIS (informar nº)	Nº inciden tes e % comu nicado s confor me RCIS = 100%	Relatório de incidente + protocol o ANPD (Res. CD/ANP D 15/2024).
Pesqui sa de preços Inconsi stente	Amostra/ fonte inadequ ada	Estimati va irreal	Menos de 3 fontes válidas e sem registro de data/U RL	2	1	2	2	2	4	Área Requi sitant e+ Contr ataçõ es	Contra tante	Prev.: seguir IN 65/2021 e Pesquis a de Preços; Mit.: reabrir coleta; Cont.: revisar estimati va	Cláusula de formação do preço (informar nº)	% itens com ≥3 fontes válidas	Planilha com fontes/U RL/data; prints do sistema oficial.
Aceite sem eMAG/ ePING	Roteiro de testes falho	Não confor midade técnica	Amostr a sem Laudo eMAG e Relatór io ePING	2	2	1	2	2	4	TIC + Fiscal	Comp artilha da	Prev.: exigir laudos no TR; Mit.: checklist de aceite; Cont.: reprovaç ão com prazo de correção	Acelte técnico (acessibilidade/i nteroperabilidad e)	% amostr as com laudos aprova dos	Laudo eMAG + Relatório ePING

Observações operacionais. (i) KRIs devem ter limiares/alertas (ex.: amarelo/vermelho) e frequência de coleta definida; (ii) Prazos de resposta e escalonamento seguem as faixas de apetite/tolerância aprovadas; (iii) preencher os números das cláusulas quando o TR/Contrato forem finalizados.

1. 5) Monitoramento, KRIs e Painel — (mini-texto + tabelas "paste-ready")

Mini-texto (pronto para colar). O monitoramento seguirá rotina mensal, com consolidação em painel contendo heat map (NR por risco) e lista Top-5 riscos. A medição usa KRIs com metas/limites e fontes de dados. O Fornecedor remete relatório de SLA/execução ao Gestor/Fiscal; o órgão consolida transparência (PNCP), integridade do inventário, e segurança (RCIS). O processo observa o ciclo de identificação → análise → avaliação → tratamento → reporte e a necessidade de monitorar/rever riscos e controles de forma contínua, conforme TCU.

5.1 KRIs mínimos (metas, limites, periodicidade, responsáveis)

KRI (o que medir)	Meta / Limite	Periodicidade	Fonte de dados	Responsável por medir/entregar
Publicações no PNCP (ETP,	100% publicadas;	Mensal (e por	Portal PNCP	Contratações /
TR, Edital, ARP, Contrato)	Atraso: D+5 máximo	evento)	(links/prints)	Transparência.



Disponibilidade das estações em horário letivo	≥ 98%/mês	Mensal	Painel de chamados/SLA	Fornecedor → FL N°. Gestor/Fiscal (modelo de estações de trabalho).
Tempo de resposta (incidentes S1)	≤ 2h	Mensal	Registro de chamados	Fornecedor → CR Gestor/Fiscal (SLA)
Tempo de solução (incidentes S1)	≤ 8h	Mensal	Registro de chamados	Fornecedor → Gestor/Fiscal (SLA)
Entregas no prazo (SRP por requisição/onda)	≥ 95% no prazo	Mensal	Plano de ondas + atas de recebimento	Gestor/Fiscal (execução SRP)
Aceite técnico — conformidade (ePING/eMAG/Anatel)	100% das amostras APROVADAS	Mensal	Laudos ePING/eMAG; certificados Anatel	Fiscal/TIC (aceite técnico)
Integridade do inventário/CMDB (comissionamento)	≥ 98% dos itens com etiqueta + registro (nº série, escola)	Mensal	Exportação CSV/JSON do inventário	TIC + Fornecedor (comissionamento)
Backups válidos / testes de restauração	≥ 99% sucesso backup; 1 teste de restauração/mês	Mensal	Logs de backup + relatório de teste	TIC (política de backup).
RPO (ponto de recuperação)	≤ 24h para serviços/dados críticos	Mensal (e a cada mudança)	Política/relatórios de backup	TIC (RPO/RTO documentados)
RTO (tempo para recuperar)	≤ 8h para serviços críticos	Mensal (e a cada teste)	Planos de continuidade/DR	TIC (continuidade de negócios)
Incidentes com dados pessoais (RCIS)	100% comunicados quando aplicável; prazo conforme RCIS	Mensal (e sob demanda)	Registro de incidentes + protocolo ANPD	DPO/TIC (com Fornecedor)
Teste de exportação/reversibilidade de dados	≥ 1 teste OK/mês (formato aberto)	Mensal	Relatório de exportação	TIC (evitar lock- in/portabilidade)

Observações-âncora: (i) PNCP é o sítio oficial e obrigatório para divulgação centralizada dos atos (Lei 14.133/2021, art. 174); (ii) o Modelo de Estações de Trabalho (Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023) orienta gestão e métricas do parque; (iii) RCIS/ANPD (Res. 15/2024) rege a comunicação de incidentes; (iv) RPO/RTO e política de backup seguem guias oficiais do Governo Digital.

5.2 Design do painel (como apresentar todo mês)

Componentes do painel (1 página):

1. Heat map de riscos — matriz P × Impacto (NR) com cores (verde ≤2; amarelo 3-5; vermelho ≥6).

Top-5 riscos — maiores NR com tendência (↓/→/↑), plano, prazo e dono.

3. Trilhas de conformidade — PNCP (status por peça), aceite ePING/eMAG/Anatel, inventário/CMDB.

4. SLA de suporte — disponibilidade, tempos de resposta/solução, backlog de chamados.

Segurança/continuidade — incidências RCIS, RPO/RTO e resultado do teste de restauração/exportação.
 Base: necessidade de reporte e monitoramento contínuo na gestão de riscos (TCU).

5.3 Fluxo de reporte e responsabilidades

- Fornecedor → Gestor/Fiscal (até D+3 útil/mês): Relatório SLA (disponibilidade; S1 resposta/solução; entregas por requisição; aceite técnico; inventário comissionado). Anexar evidências. (Modelo de estações/gestão operacional).
- Gestor/Fiscal → Comitê Interno/Controle (D+7): Painel consolidado (heat map, Top-5, conformidades PNCP, segurança/continuidade).
- Órgão (Transparência/Contratações) → Autos/PNCP (contínuo): Links/prints das publicações obrigatórias.
- DPO/TIC (sob demanda): Em caso de incidente de dados pessoais, comunicar conforme RCIS e evidenciar protocolo da ANPD.

5.4 Regras de gatilho/alerta (para KRIs)

- PNCP: qualquer peça não publicada até D+5 vira alerta; D+10 = crítico (escalar).
- SLA: disponibilidade < 98% por 2 meses consecutivos ⇒ plano corretivo e substituição emergencial prevista em contrato (quando aplicável).
- RCIS: qualquer incidente relevante com dados pessoais ⇒ avaliar e comunicar à ANPD/Titulares conforme RCIS.
- RPO/RTO: falha de teste de restauração/exportação ⇒ plano de ação e reteste em até 5 dias úteis (governança de backup/continuidade).



5.5 Arquivamento e auditoria

- Anexar ao processo: relatório mensal (PDF/planilha), logs (backup/restauração), prints PNCP, laudosel ePING/eMAG, certificados Anatel, protocolo ANPD quando houver.
- Rastreabilidade/versão: controle de versões do painel e do Mapa/Matriz de Riscos (atualização a cada ciclo).

Coerência normativa: monitoramento faz parte do processo e deve ser evidenciado (TCU).

6) GOVERNANÇA, VÍNCULO CONTRATUAL E ATUALIZAÇÕES

A governança desta matriz de riscos segue o modelo das "Três Linhas de Defesa": (i) Gestor/Fiscal (1ª linha — operacional), (ii) Controle Interno/Comitê de Riscos (2ª linha — monitoramento) e (iii) Auditoria/Alta Administração/Ordenador de Despesas (3ª linha). O vínculo contratual estará explícito no edital/contrato por meio de cláusula de matriz de alocação de riscos (art. 103 e art. 22 da Lei 14.133/2021). Será usado versionamento no documento de riscos (MAJOR.MINOR.PATCH) para registrar atualizações a cada marco (fechamento de ETP/TR, adjudicação, incidentes críticos, aditivo). As versões serão publicadas ou arquivadas no Compras.gov.br / PNCP quando aplicável.

6.1 Papéis e responsabilidades

Papel	Responsabilidade principal	Escalada em caso de risco elevado	
Gestor do Contrato / Fiscal	Monitorar riscos, receber KRIs, liderar mitigação/ação corretiva	Escala para Controle Interno se NR ≥ 6 ou indicador em zona crítica	
Comitê de Riscos / Controle Interno	Analisar relatórios mensais, revisar matriz, validar exceções	Escala para Ordenador de Despesas se risco crítico persistir	
Ordenador de Despesas / Alta Administração	Aprovar maiores riscos/exceções (NR ≥ 6), definir política de tolerância	Responsável por deliberações de exceção, equilibração ou rescisão	
Fornecedor (contratada)	Cumprimento de obrigações contratuais, SLAs e controles de risco a ele alocados	Notificação pelo Gestor/Fiscal em caso de descumprimento contratual	

6.2 Vínculo contratual e cláusula de alocação de riscos

Elemento	O que constar no edital/contrato	Observação
Matriz de Alocação de Riscos	Cláusula que identifica riscos, alocação (Contratante/Contratada/Compartilhada), custo estimado e tratamento. Licitações e Contratos+1	Conforme art. 103 e art. 22 da Lei 14.133/2021.
Penalidades / seguros / reequilíbrio	Prevê seguros obrigatórios, penalidades por descumprimento e mecanismo de reequilíbrio ou rescisão se risco gerar desequilíbrio. <u>Estratégia Concursos</u>	A alocação eficiente evita aditivos ou desequilíbrio.
Link com MR e KRIs	Cláusula referencia painel de riscos, versionamento e relatórios mensais	Favorece transparência e governança

6.3 Gatilhos de revisão e versionamento

Marco de revisão	Quando ocorre Versão (MAJOR.MINOR.PATC		Onde registrar/publicar	
Fechamento do ETP/TR	Após aprovação interna do ETP e publicação TR	MAJOR = 1.0.0	Arquivo no processo + publicação no PNCP ou menu do Compras.gov.br	
Adjudicação/Assinatura da ARP ou Contrato	Data da adjudicação ou assinatura	MAJOR = 2.0.0 (ou 1.1.0 se menor mudança)	Arquivo + link de publicação	
Alteração contratual / aditivo que afeta riscos	Quando houver aditivo que modifica escopo ou condição de risco	MINOR = X.0 (ex: 2.1.0)	Arquivo + publicação da versão	
Incidente crítico ou gatilho ativado (NR ≥ 6)	No momento em que o gatilho de risco dispara	PATCH = X.X.1 (ex: 2.1.1)	Relatório especial + versão arquivada	

6.4 Arquivamento, publicação e prazos

- Publicação no PNCP: ETP, TR, versão da MR, cláusula de matriz de riscos, aditivos conforme art. 174 da Lei 14.133/2021.
- Arquivo interno: Todos os relatórios mensais (KRIs), versões da MR, atas de comitê de riscos, evidências dos painéis e heat maps.
- Prazos de decisão:
 - ⊙ Escalamento para Controle Interno: imediatamente após constatação de NR ≥ 6 ou KRI fora de meta.
 - Escalamento para Ordenador: dentro de 5 dias úteis da decisão do Comitê para risco crítico persistente.
 - Revisão da versão: dentro de 10 dias úteis após cada gatilho (marco, aditivo, incidente) para publicação da nova versão.



Governança e atualização. A gestão de riscos deste processo opera conforme modelo das Três Linhas de Dafesa: Gestor/Fiscal (1ª linha) monitora KRIs e riscos; Controle Interno/Comitê de Riscos (2ª linha) revisa e valida exceções. Ordenador de Despesas/Alta Administração (3ª linha) decide sobre riscos críticos (NR ≥ 6) ou exceções. A cláusula de Matriz de Alocação de Riscos estará inserida no edital/contrato (art. 103/22 da Lei 14.133/2021) e definirá penalidades, seguros e reequilíbrio. O documento de riscos será versionado como MAJOR.MINOR.PATCH (ex: 1.0.0; 2.1.0; 2.1.1) sempre que houver marco relevante (fechamento ETP/TR, adjudicação, incidente ou aditivo). Versões e relatórios serão publicados no PNCP/Compras.gov.br e arquivados no dossiê, com prazos para decisões de escalamento definidos (gestor → Controle Interno em caso de NR ≥ 6; para Ordenador se persistir por 5 dias úteis).

Crateús/CE, 30 de outubro de 2025.

DAVI KELTON RODRIGUES LIMA
Presidente da Equipe de Planejamento